

Parte I - Matrizes Interacionais

1. Dispositivos Interacionais

José Luiz Braga

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BRAGA, J.L. Dispositivos Interacionais. In: BRAGA, J.L., RABELO, L., MACHADO, M., ZUCOLO, R., BENEVIDES, P., XAVIER, M.P., CALAZANS, R., CASALI, C., MELO, P.R., MEDEIROS, A.L., KLEIN, E., and PARES, A.D. *Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017, pp. 16-41. Paradigmas da Comunicação collection. ISBN: 978-85-7879-572-6. <https://doi.org/10.7476/9788578795726.0002>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte I

Matrizes Interacionais

1. Dispositivos Interacionais

José Luiz Braga

1. Introdução

Este estudo aborda dois grandes tipos de matrizes comunicacionalmente produzidas e exercidas: dispositivos interacionais; e circuitos de comunicação.

Os estudos da Comunicação geraram, no século XX, uma variedade de teorias que procuram apanhar o fenômeno, senão em sua totalidade, naquilo que parecia a seus autores ser o ângulo essencial da questão. Desde os anos 1990, entretanto, já não encontramos as ciências humanas e sociais muito focadas nesse objetivo – talvez porque foi sendo constatada a complexidade do fenômeno, sua diversidade de aspectos, sua presença em todos os contextos e em toda a processualidade humana.

Teorias continuam a ser propostas e acionadas, e pesquisas realizadas – entretanto, concentradas em ângulos específicos. No caso do Brasil temos um período rico em diversidade de questões e de abordagens que, desde a fundação da Compós¹, mantém sua dinâmica. Efetivamente, como os encontros anuais da entidade o evidenciam, temos uma variedade de características sendo estudadas com intensidade. Este parece ser um bom caminho para o

1 Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, fundada em 1991.

conhecimento. Por outro lado, a diversidade de abordagens tem levado a uma dispersão de perspectivas (Braga, 2014).

Recusando a viabilidade e o interesse de uma teoria geral que pretendesse vencer a dispersão por uma sistematização de pretensão abrangente (que, inevitavelmente, excluiria aspectos), passei a me preocupar, desde 2008, não com explicações ou conceituação do fenômeno, mas com heurísticas que liberem a reflexão comunicacional de sistematizações próprias a outras CHS. Tenho estudado aspectos locais ou pontuais do fenômeno comunicacional, convencido de que nesse espaço de observação de ocorrências – no episódio, no caso concreto – é que melhor percebemos aspectos relevantes do fenômeno.

Com esse foco, minha pesquisa tem procurado articular o que já chamei de “teoria tentativa”, no sentido de trabalhar com um pequeno conjunto de aspectos, com foco intermediário de abrangência, mas que permitisse observar uma boa diversidade de objetos, casos e situações em que a ação comunicacional seja vista como questão principal e ângulo prioritário para descobertas. Essa proposição se organizou com algumas metas principais:

- dar atenção central ao “comunicacional” sobre outros ângulos presentes (sociológicos, linguísticos, culturais, estéticos, educacionais, psicológicos, etc.), sem, entretanto, descartar esses ângulos – e sim os assumindo como caracterizadores de contexto ou como modalizadores;
- favorecer esse desentranhamento do comunicacional não por meio da busca de sua essência, mas sim da percepção de aspectos encontráveis na ocorrência do fenômeno, e que possam ser tomados como características comunicacionais;
- viabilizar, então, ângulos de comparabilidade entre casos e situações empíricas diversas, sem abstrair a diversidade,

mas inversamente, permitindo que os aspectos em comum funcionem como referência – na situação empírica – para a compreensão do específico e do diverso.

Com tais perspectivas, a heurística em elaboração não se apresenta como uma teoria geral da comunicação, mas sim como a busca de uma teoria intermediária, ou de médio alcance (Merton, 1968) – voltada para um determinado subconjunto de aspectos do fenômeno geral “comunicação” – esperando gerar sentido e aprofundar a investigação sobre as situações em que as características aí articuladas sejam significativas. Essa perspectiva se justifica pela premissa de que a presença de um pequeno número de teorias intermediárias que se possam tensionar mutuamente parece ser, no momento, a melhor tática para enfrentar a dispersão, sem restringir a diversidade.

*

O conceito central de minha reflexão teórica é o de *dispositivos interacionais*, que procura dar sentido integrado às características de base. Por sua vez, a articulação comunicacional entre diferentes dispositivos viabiliza um segundo conceito, o de *circuitos* – complementar ao primeiro. Na perspectiva da Comunicação, apresentam-se como relevantes matrizes na construção social de realidade. Em artigos desenvolvidos entre 2011 e 2015², apresentei algumas perspectivas sobre esses conceitos e suas relações com a processualidade tentativa da comunicação, os aspectos de código e inferências, e sua composição na prática social. Este livro agrega, desenvolve e busca dar consistência a tais perspectivas.

2 Ver na Bibliografia alguns dos artigos publicados no período.

2. Premissas

O fenômeno comunicacional se realiza em *episódios de interação* entre pessoas e/ou grupos, de forma presencial e/ou midiaticizada. Essa é uma premissa relacionada à decisão de desenvolver conhecimentos comunicacionais não a partir de uma ontologia do fenômeno – como busca de sua essência conceitual – e sim da observação de características esquadrihadas na prática cotidiana do processo, assim como por meio de heurísticas investigativas promissoras sobre o empírico. Assumindo que não há comunicação sem interação, podemos estipular que as interações sociais correspondem ao lugar em que podemos tentar nos aproximar do fenômeno comunicacional em sua ocorrência. As interações envolvem uma grande variedade de circunstâncias, processos, participantes, objetivos e encaminhamentos. De certo modo, cada episódio pode ser considerado singular, na sua existência histórica.

Na grande variedade de episódios interacionais de que participamos ou que observamos cotidianamente, nos episódios que investigamos em nossas pesquisas, e ainda naqueles que são relatados em estudos empíricos, vemos a comunicação como um trabalho de compartilhamento entre diferenças. Os motivos, os objetivos e os procedimentos podem variar indefinidamente, mas o processo de compartilhamento aparece sempre como um modo de enfrentar, resolver ou fazer agir criativamente as diferenças – para algum fim prático qualquer, para objetivos simbólicos ou distantes, ou ainda pelo simples jogo da interação.

A tendência, ainda encontrada, de pensar a comunicação como mensagem, apenas enfatiza produtos possíveis da comunicação, não observa a substância desta. Considerando, para os efeitos de nossa pesquisa, o trabalho de compartilhamento que a comunicação realiza, podemos afirmar sua característica performativa,

qualquer que seja seu resultado, havendo ou não geração de um “produto” que concretize sua incidência, ocorrendo ou não compartilhamento equalizador (consenso ou acordo).

Essa busca de compartilhamento pode ter os mais diversos propósitos; e funciona ou não: constatamos também que o processo é sempre tentativo – seja em decorrência dos desafios impostos pela alteridade entre os participantes, seja pela complexidade do mundo e das questões processadas.

Assim, na observação de episódios interacionais, assumimos como “comunicação” não só aquela de valor alto, do processo bem-sucedido ou da obtenção de consenso³ – mas toda troca, articulação, ou tensionamento entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais; frequentemente desencontrada, conflituosa, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das “intenções” (que, aliás, podem ser altas ou rasteiras). Pessoas se comunicam inclusive no conflito, na opressão ou na manipulação. Comunicação parece ser o processo voltado para reduzir o isolamento e para a ação conjunta entre humanos – quaisquer que sejam os objetivos e os modos de fazer – admitindo, exatamente porque tentativos, que o ajuste e a sintonia são apenas aproximadamente previsíveis, geralmente de reduzida qualidade. A comunicação pode ser – e frequentemente é – canhestra. Mas é isso que precisamos entender como funciona, quais as margens de aperfeiçoamento possível; e quais os espaços em que é da própria imprecisão que se espera a flexibilidade para o humano e para o social. Pois é essa imprecisão mesma que, em algumas situações,

3 Esses critérios podem ser, é claro, adotados pelos participantes, conforme seus objetivos – mas serão parte do conteúdo da interação, e não condição *sine qua non* para caracterização do processo comunicacional.

equilibra a opressão comunicacional e se põe como barreira última para o “pensamento único”.

Esse processo determina uma diversidade probabilística complexa – até porque os critérios de “sucesso interacional” podem ser múltiplos, para uma mesma interação. Eles variam conforme as intenções dos participantes, a clareza dos enunciados, o atendimento de objetivos diversos, o equilíbrio ou desequilíbrio entre os participantes.

É preciso então não confundir “comunicação” com “comunicação bem sucedida” ou com “comunicação de boa qualidade”. Menos ainda com um padrão extremo de controle dos resultados. É claro que valores altos e sucesso comunicacional devem ser compreendidos e buscados, assim como a seus critérios – mas devemos ter uma apreensão mais abrangente do processo, mesmo em seus “desvios”, ineficácias, valores baixos, resultados canhestros, inclusive para compreender o que se define aí como valor.

*

Dois ângulos caracterizam a perspectiva de que a comunicação é tentativa. Pelo primeiro ângulo, os processos comunicacionais são relativamente imprecisos. As contribuições dos participantes são aproximativas – e sempre abaixo de uma possibilidade de desenho rigoroso. Com essa imprecisão, não se pode assegurar a qualidade dos resultados ou o sucesso do que é tentativamente desenvolvido. Para ponderar esse sucesso, é preciso apreender os próprios critérios internos, práticos, referentes aos resultados pretendidos no episódio.

Pelo segundo ângulo, os episódios comunicacionais são probabilísticos – significando que *alguma coisa relativamente previsível pode acontecer*. Por esse aspecto, então, devemos perceber diferentes graus de probabilidade, desde uma efetiva ocorrência de resultados

até uma baixa ou nula realização. Certamente é possível estudar tais condições – mas não me refiro a estudos estatísticos ou cálculo de probabilidades, uma vez que não temos controle sobre a multiplicidade de fatores nem sobre suas incidências mútuas. Apenas observamos (justamente por essa impossibilidade de cálculo prévio) que bons resultados tendem a reforçar os comportamentos que, nas tentativas feitas, parecem estar em sua base.

Afirmar a comunicação como tentativa não corresponde a dizer que ela se realizará ou não, em uma postura “tudo ou nada” – o que levaria à simples confirmação da raridade de ocorrência de uma comunicação perfeita. Não parece haver, na sociedade, uma alternativa mutuamente excludente entre comunicação e ausência radical de comunicação. Essas duas possibilidades seriam apenas os extremos abstratos de uma dimensão contínua, com graus, níveis e direções variáveis de atingimento. Em síntese, a comunicação se exerce em uma ampla diversidade de graus qualitativos, de sucesso e de valor.

Não devemos, entretanto, fazer coincidir exclusivamente o “processo tentativo” com aquilo que o *enunciador* tenta obter em um episódio comunicacional – e que corresponde a sua eficácia em fazer passar aquilo que pretende (seja informação, proposição polêmica, interpretação, estímulo estético ou sentimento).

Certamente, o que devemos chamar de “tentativa *do participante*” é uma parte relevante de nossa tese. Essa tentativa se evidencia na busca de ajustar a expressão às condições de sua recepção; e ainda, na busca de obter uma interpretação da mensagem em coerência com o ponto de partida (emissão). A tentativa do participante receptor, por sua vez, seria a de interpretar em função de sua visada cultural, desmontando manejos ou sutilezas da mensagem que o possam enganar; e escolhendo, das mensagens, as que efetivamente lhe mereçam a sintonia, realizando a boa crítica. Mas tomar

como critérios únicos de sucesso a obtenção de sintonia, pelo emissor, e a apropriação ativa, pelo receptor, sobre-enfatizaria esses dois polos – reduzindo o comunicacional aos objetivos particulares de suas partes, sem considerar o processo social mais amplo.

É importante para nossa tese assinalar que não só os participantes em uma interação acionam suas tentativas (e obtêm ou não sucesso, em diferentes graus e modos, conforme seus próprios critérios); também *os processos comunicacionais*, em perspectiva mais abrangente que a dos participantes, são tentativos.

Podemos então distinguir as tentativas dos participantes e as tentativas sociais que se atualizam a cada episódio interacional – as tentativas *de processo*. As tentativas dos participantes (cada qual tentando ser bem sucedido em sua visada específica, na troca) se dão em um contexto processual no qual alguma coisa está em jogo. *Dentro deste quadro*, o participante tenta. O contexto processual não apenas organiza e desenvolve as tentativas diversificadas, como também diz o tipo de coisas que podem ser aí tentadas.

O modo básico pelo qual a sociedade faz essa organização de tentativas aparece na forma de geração de *dispositivos sociais* para a comunicação – uma produção social de dispositivos interacionais que articulam duas características básicas: a necessidade de “códigos” compartilhados entre os participantes; e o desenvolvimento de inferências.

3. Componentes mínimos: códigos e inferências

Dada a extraordinária diversidade dos episódios interacionais constantemente ocorrentes na sociedade – e a variedade de tipos de participantes, aspectos institucionais, objetivos compartilhados ou em processo polêmico, táticas acionadas, âmbitos sociológicos e culturais, e ainda suas relações com outros e outros episódios

– como pensar seus processos e investigar sua ocorrência com uma preocupação específica sobre *o comunicacional*, na base dessa diversidade, em meio a essa dispersão?

Em nossa busca metódica dos processos mais simples e frequentes, encontramos dois componentes mínimos, que parecem estar presentes em todo episódio interacional: códigos e inferências⁴.

Em vários ângulos, é válido enfatizar na linguagem verbal seu aspecto de “código”: no próprio conceito de “gramática”; em seu aspecto de “estrutura” prévia e profunda, que comandaria o discurso; na perspectiva de Saussure sobre a língua, como sistema autônomo diante da realidade; na relação da linguagem com o pensamento (“função expressiva”, em que a linguagem funcionaria como organizador/tradutor); na articulação com as coisas do mundo (“função constativa”, “função de representação”, “função descritiva” – que tratariam do mundo em termos lógicos e/ou relacionados à verdade das afirmações).

Os estudos de linguagem, mesmo quando levam em conta relações de fluxo com o que não é código, frequentemente elaboram sua reflexão tomando a este como ponto de partida ou de chegada. Isso parece ocorrer também quando, ultrapassando o foco no verbal, tratam de outras substâncias – som, imagem, gesto. Procuram nestas, sobretudo, os elementos regrados, mesmo quando essas substâncias não autorizam mais que uma categorização de paracódigo às construções observadas. É assim, por exemplo, que se fala em uma “gramática da televisão”.

Quando se trata, porém, *dos usos da linguagem* em situação concreta – da interação, da “fala” em perspectiva comunicacional – a concentração nos aspectos da codificação já não parece suficiente.

4 Esta proposição é lastreada em pesquisa empírica sobre cem textos acadêmicos da área apresentados na Compós entre 2006 e 2008 (Braga, 2010c; Braga 2010d).

Isso se nota claramente na teoria dos atos de linguagem. Os enunciados – que segundo Austin (1976), não são simplesmente “falsos ou verdadeiros”, mas, em perspectiva performativa, “felizes ou infelizes” – não o são em virtude da clareza ou do rigor do código, nem de regras formalizadas, mas sim em função de seu relacionamento com as circunstâncias variáveis da situação concreta.

Assim, para o estudo da Comunicação, sem desconhecer a forte presença e o acionamento de elementos codificados em toda interação, e maiormente de para-códigos, devem ser enfatizados os processos mais sutis e menos controláveis, não codificados, que necessariamente se põem em marcha para integrar e completar toda e qualquer comunicação, por mais codificada que esta seja. Em suma: os processos inferenciais.

Em sua crítica ao “modelo do código”, Sperber & Wilson afirmam que “a compreensão implica mais que a decodificação da mensagem linguística” (1997, p. 189). Na sequência, propõem que:

há um abismo entre as representações semânticas das frases e os pensamentos realmente comunicados pelos enunciados. Este abismo não é preenchido por mais codificação, e sim pela inferência.

[...]

A pragmática deve explicar como os ouvintes resolvem as ambiguidades, como completam as frases elípticas, [...] como identificam as intenções de referência assim como a força ilocucionária, [...] enfim, como recuperam o que não é senão implicitamente comunicado (Sperber & Wilson, 1997, p. 189 – as traduções são nossas).

Isso corresponde a afirmar que, no processo de produção e reconhecimento do sentido, os participantes de uma interação devem produzir hipóteses para, de modo inferencial, relacionar os

enunciados com o que pode ser a intenção do falante e com a situação contextual em que os enunciados são feitos.

Fica claro que o código linguístico, mesmo no rigor de sua estrutura, é insuficiente para assegurar a comunicação social. Entre o código e o seu uso, incidem as condições extralinguísticas do mundo, do pensamento, das relações entre os participantes da interação, das conjunturas do episódio – que pedem um processo adicional ativo (inferências) para completar a comunicação.

Em outra obra (1979) Wilson e Sperber sugerem, para esse trabalho de recuperar a parcela de implícito, que a desambiguação e a determinação dos referentes podem ser subsumidas a um axioma: as inferências corresponderiam a um esforço de maximização de pertinência entre a interpretação e o enunciado. O que os autores enfatizam, aí, é a possibilidade de exercício de processos lógico-dedutivos para ampliar a compreensão.

Em tal perspectiva, o inferencial parece estar a serviço do código – no sentido de apenas completar lacunas, de trazer os participantes ao melhor sentido codificado, ou de tornar explícitas as referências com o mundo. Diversamente, em nossa perspectiva, o processo comunicacional – que depende mesmo da presença de códigos como elemento necessário (isto é, de elementos compartilhados de referência comum entre os participantes) – não parece, entretanto, acionar processos inferenciais *apenas* para suprir lacunas e realizar ajustes. Além de efetivamente realizar estas ações requeridas, defendemos que as inferências desenvolvidas em um episódio interacional se mostram como o próprio núcleo da atividade comunicacional. É pelo jogo complexo e criativo de inferências exercidas mutuamente e em comum (embora não necessariamente em consenso) que a comunicação ocorre.

Embora a razão e a lógica sejam efetivamente processos muito interessantes de maximização do rigor (redução da imprecisão) e

para a ampliação probabilística do sucesso na comunicação; é importante assinalar que nem todo “programa comunicacional” humano aposta principalmente nos controles voltados para a univocidade nem, correlatamente, na adoção de inferências lógicas relacionadas a códigos rigorosos. Os processos estéticos, como também os afetivos e os comportamentais práticos, tendem diversamente a procurar outros âmbitos de ação comunicacional – apostando antes em transações complexas e difusas, jogando justamente com a “tentativa” e a imprecisão na expectativa de gerar sintonias não baseadas na univocidade e sim na potencialidade de *acordes compostos* entre os participantes. A metáfora musical é adequada para sublinhar que a comunicação não é mera obtenção de identidade de vistas, mas composição complexa da diversidade humana.

Assim, os processos inferenciais, mais que um jogo lógico, são resultado de um problema prático para o qual os participantes devem oferecer soluções – que serão boas ou más; e que terão seus critérios direcionados pelas condições contextuais específicas. Por exemplo, em uma conversa de bar, uma reunião de epistemólogos, um debate parlamentar ou uma relação afetiva.

Propomos, então, inverter a relevância entre os dois elementos necessários para a comunicação. A inferência é o elemento central – que, no processo de aperfeiçoamento de suas táticas sociais e pessoais, desenvolve códigos (elementos compartilhados) que favoreçam e agilizem comunicações crescentemente complexas. Isso corresponde, também, a dizer que “códigos comunicacionais” abrangem, além da linguagem (verbal) e de “linguagens” (sistemas expressivos de diferentes ordens – particularmente audiovisuais, no mundo contemporâneo) uma grande variedade de processos, bastando que se exerçam como elemento compartilhado ou imediatamente compartilhável entre participantes: códigos propriamente ditos (de transposição), o algoritmo, as “gramáticas”, o sistema da

língua, regras e padrões sociais de comportamento, regularidades práticas, informações e referências em comum sobre o mundo. Desde que tais possibilidades sejam compartilhadas, qualquer que seja seu rigor ou precisão, já não estamos isolados comunicacionalmente – dependendo, é claro, de um acionamento de nossas competências inferenciais, sem as quais os códigos não se exercem ou funcionam mal.

O que referimos como “código” entre participantes da comunicação pode ir, então, desde o nível mais estrito de codificação (a transposição criptográfica) até o nível mais vago das referências em comum, passando por processos crescentemente flexíveis ou difusos. Em nível ainda mais elementar, há um aspecto básico de compartilhamento, não social mas biológico: pertencemos todos à mesma espécie. Partilhamos uma estrutura genética que fornece padrões de percepção e de ação sobre o mundo (Braga, 2015).

Em tensionamento com esses processos “de código”, as inferências práticas correspondem, corriqueiramente, a um processo *inferencial abduativo*. Para António Zilhão (2006), a abdução é uma “inferência para a melhor explicação” – com base nos dados disponíveis no momento em que se faz a hipótese. Isso quer dizer que a inferência abduativa é *sempre tentativa* – pois não há limite para o acréscimo de novos dados e outros aspectos contextuais, assim como para a reinterpretação destes, que levem a reformulações da hipótese⁵.

Se a interpretação é necessária e variada mesmo nas trocas mais simples, é porque a comunicação não é feita só de acionamento de

5 É claro que, conforme os objetivos de uma interação, pode ser reforçado o interesse ou mesmo a necessidade de inferências indutivas ou dedutivas, para busca de univocidade. Acreditamos mesmo que tais modos inferenciais foram desenvolvidos a partir da competência humana “natural” para a abdução. A dedução e a indução aparecem como derivações daquela, voltadas para sistematização do rigor, sempre

códigos – mas envolve, estruturalmente, uma parte de inferências abduativas, não calculada em abstrato e não *totalmente* calculável nas situações concretas. Ou seja: não é possível regrar previamente a precisão nem a segurança das inferências. Não é possível estabelecer um super código que resolva todas as indefinições de código com relação à situação dada – pois este super código seria ainda tentativo e, por sua vez, pediria inferências de ajuste a cada situação singular.

As inferências não correspondem apenas à interpretação do sentido mais provável da manifestação recebida. Voltam-se também para o melhor ajuste dessa manifestação nas perspectivas e no acervo do receptor e para a continuidade do processo. Isso corresponde a dizer que não se pode pensar nas inferências inerentes aos processos comunicacionais como hipóteses que levam em conta apenas a “busca do melhor sentido” ou desambiguação da manifestação do falante. As “hipóteses para a melhor explicação” incluem referência a dados como, por exemplo, o acervo do participante-ouvinte, as condições contextuais e os objetivos da interação *conforme o episódio interacional* e suas “lógicas práticas”. Incluem ainda a probabilidade de tensionamentos entre diferentes estímulos imbricados.

Interpretar o sentido de uma fala e ajustar esse sentido ao repertório do receptor não são dois aspectos independentes entre si. Assumimos que interpretação e ajuste reverberam mutuamente – ajustamos o sentido percebido, percebemos o sentido conforme os ajustes possíveis a nosso repertório. O resultado final desse jogo corresponde a que os episódios interacionais são inferenciais (logo, tentativos) *no seu conjunto* – pois se trata de obter algum tipo de

que o trabalho comunicacional seja assim favorecido. Mas sabemos como um diálogo baseado em lógica formal resulta emperrado ou ridículo em situações que não o exigem.

ajuste em processo, entre todas as participações, e destas com seus contextos e seus objetivos, viabilizando uma ação em comum.

Por mais que tais processos sejam marcados por reduzida previsibilidade e pela imprecisão, é desse modo – tentativo – que as interações avançam e a comunicação, pragmaticamente, se desenvolve, com suas margens variáveis de ensaio-e-erro.

As inferências são certamente direcionadas pelos códigos existentes acionados: linguísticos, culturais, institucionais ou práticos; longamente estabilizados na sociedade ou constituídos *ad-hoc* a serviço de interações específicas. *Mas estas também incidem sobre o código*, por sua vez tensionando, solapando, assoreando. No longo prazo ou conforme a intensidade/novidade da situação, acabam por modificar ou criar novos códigos, por transformação ou superação (Braga, 2010c).

Simplificadamente, podemos dizer que a inferência é que permite atualizar o código, exercê-lo para além de um processo mecânico de codificação/decodificação, que não faria mais que transmitir informação – componente possível do processo comunicacional, é claro; mas nem de longe podendo caracterizá-lo como um todo.

Devemos notar, entretanto, que a maximização dos elementos “de código” (normatização) não significa necessariamente maior probabilidade e precisão; as regras podem levar também a sistemas fechados, sem flexibilidade interpretativa e de pretensão determinista. A abertura inferencial por sua vez, não significa necessariamente flexibilidade, espaço para a criatividade, democracia na participação; pode simplesmente reduzir a clareza, levar ao desentendimento ou produzir interações excessivamente dependentes do acaso.

Assim, além de valorizar o uso conjunto de códigos e de inferências para o processo comunicacional, devemos evitar uma

interpretação simplificadora segundo a qual o código (verbal, cultural ou institucional) seria uma parte sólida, rigorosa; e a inferência, o componente tentativo meramente complementar. Embora no código (e conforme seu grau de abertura ou fechamento) as regras direcionem largamente os processos, *os códigos são também tentativos* – pois se produzem e desenvolvem através de interações concretas e pelas estratégias acionadas⁶. Isto é: se desenvolvem probabilisticamente, alguns prevalecendo sobre outros e ocupando a cena, enquanto outras tentativas de código fenecem; e funcionando, na prática, com graus variáveis de imprecisão – sendo por isso mesmo “aperfeiçoáveis” até certo ponto, segundo os critérios de suas próprias lógicas dinâmicas; mas também pelos embates que vão sofrendo a partir das condições concretas de uso (acionamento) e conforme as interfaces com as quais, socialmente, são levados a interagir.

Inferências e códigos são, assim, elementos com presença importante nos episódios e nos dispositivos interacionais que a sociedade desenvolve.

4. Dispositivos Interacionais

Se o processo da redução de ambiguidade, se o ajuste possível entre interpretações não coincidentes e a clareza de percepção dos referentes não podem ser subsumidos a uma regra geral (como a proposta de “maior pertinência”, de Sperber e Wilson – que seria ainda um código pretendido determinista, ou então normativo); isso não significa, porém, que a cada episódio interacional os

6 Um pouco diferente da perspectiva sociológica (Bourdieu, 1990), não vemos estratégias apenas como variações de acionamento a partir de regras; mas também como processos práticos *geradores de regras*.

participantes sejam obrigados a inventar e a desenvolver processos *ad-hoc*, inteiramente específicos e originais, a serviço de seus objetivos interacionais.

Constatamos, ao invés, a existência – socialmente produzida e disponível no ambiente cultural – de uma grande quantidade de táticas-padrão, de modelos reconhecíveis, mas com grande plasticidade de acionamento, que podem ser chamados pelos participantes a serviço de sua comunicação.

Denomino a esses modelos, para efeito de referência e conceituação, de “dispositivos interacionais”. Para a conceituação inicial desse tipo de processo, amplio a noção de dispositivos sociais expressa em “A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática” (Braga, 2006). Nesse livro, trabalhamos exclusivamente dispositivos críticos. Agora tratamos, em geral, da diversidade de matrizes socialmente elaboradas e em constante reelaboração – que de um modo ou outro a sociedade aciona para poder interagir. No presente estudo, o que importa é a constatação de que tais dispositivos são elaborados através do processo mesmo de interações tentativas – que geram, por aproximação sucessiva, modos e táticas na busca de uma efetividade comunicacional ampliada, desenvolvendo, na prática, objetivos e critérios indicadores de sucesso. Os processos elementares que compõem um dispositivo interacional são *inferências* – solicitadas pelo aspecto lacunar das coisas compartilhadas; pela alteridade dos participantes; pela copresença de códigos diversificados; e pelas necessidades internas de produtividade da interação; e *códigos* – quaisquer elementos compartilhados entre os participantes e trazidos como base comum para a ação comunicacional destes. Um dispositivo interacional é um modelo desenvolvido pela prática experimental (tentativas) que conta com uma articulação mais ou menos definida

de processos “de código” e de espaços não codificados solicitadores da inferência dos participantes.

A expressão “dispositivos” tem sido usada em uma diversidade de áreas de conhecimento, com sentidos variados. Tanto os objetos referidos como “dispositivos” se multiplicam; como a própria noção parece se moldar, plasticamente, a vários propósitos de reflexão. Frank Kessler (2006, p.1) assinala “a enorme variedade de campos em que o termo é usado de vários modos” (as traduções são nossas). Anota seu aparecimento nos anos 70, de modo independente, nas obras de Jean-Louis Baudry e de Michel Foucault.

Em entrevista feita em 1977, Foucault, perguntado sobre o sentido da expressão, responde:

o que eu tento apreender sob este nome é, primeiro, um conjunto resolutamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, projetos arquitetônicos, decisões reguladoras, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: tanto o dito como o não dito – tais são os elementos do dispositivo. O dispositivo, mesmo, é a rede [*o sistema de relações*] que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, 1977; grifo nosso).

Sabemos que Foucault se preocupa, aí, sobretudo com dispositivos *de controle*, regulatórios. Assim, os tipos de elementos referidos são os que mais de perto dizem respeito a tais processos. Mas o sucesso da expressão “dispositivos” deriva antes de sua flexibilidade e transponibilidade para outros objetos e propósitos, do que de uma definição concentrada no foco foucaultiano – garantindo-se, entretanto, a percepção central de “sistema de relações”. Como distinta da visada centrada no controle, Kessler assinala (2006, p. 4) a perspectiva de Michel de Certeau: “o conceito de dispositivo

é explorado como um tipo de formação que não apenas produz controle e restrições, mas também abre possibilidades de contacto, participação, processos lúdicos, assim como experiências corporais e sensuais”. Efetivamente, encontramos hoje uma variedade de “aplicações” outras – que levam a considerar elementos diferenciados (pertinentes aos propósitos do uso): dispositivos de percepção, de mediação, midiáticos, de aprendizagem, de conhecimento, de regulação, de tomada de decisão. De interação, acrescentamos – e esses são muito generalizados para toda ação humana conjunta.

Devemos assinalar que Foucault propõe, mais que uma visada sobre o controle, uma verdadeira “filosofia do dispositivo” (Deleuze, 1989). Dentro dessa filosofia, se preocupa com um tipo ou modo específico de dispositivos, os de controle. De nossa parte, fazemos referência à filosofia foucaultiana (complementada pela perspectiva de Michel de Certeau e por proposições de Maurice Mouillaud sobre matrizes), e não àquele objeto específico.

Trata-se então de refletir e observar os elementos *interacionais* mais pertinentes a nosso tipo de objeto; e sobretudo, de investigar o sistema de relações que entretêm. Assim, sem uma preocupação de definição preliminar, trata-se de ressaltar aspectos da noção que a tornam interessante. Um primeiro aspecto é justamente essa constatação do heteróclito – da reunião de aspectos heterogêneos que, de algum modo se articulam em um determinado processo social. Observamos que alguns destes elementos são da ordem da codificação (como a língua, por exemplo); outros são inferenciais. Nesse processo, ocorrem centralmente, em nossa perspectiva, jogos complexos entre elementos compartilhados de antemão (códigos); e elementos em processamento (inferências) que resultarão em outras partilhas – logo, ação e transformações.

Outro aspecto que deve ser sublinhado, no dispositivo, é sua contraposição a “estrutura” em sentido estruturalista – em oposição

à imanência desta, prévia e determinante sobre o que nela é moldado. Com os dispositivos, o que temos é antes uma organização *ad-hoc*, prática, pragmática mesmo, que funciona enquanto funciona, recuperando portanto sua historicidade. Kessler enfatiza, no dispositivo, seu aspecto de “arranjo”, de “tendência” (2006, p. 3). Podemos acrescentar que, enquanto a estrutura buscada pelo estruturalismo é fixa, prévia e profunda; um dispositivo é visto por seu estado “de superfície”, expressando mais o próprio processo que um determinante. No dispositivo, a “organização” não é independente dos processos.⁷

Evita-se assim uma distinção forte entre estruturas e processos, que parecia ocorrer no estruturalismo. Por mais ancorada na tradição que seja uma “estrutura” (como modo de organizar e fazer funcionar as coisas), ela não é uma entidade à parte que – de fora – comanda os processos. Entendemos que o aspecto “organizador” ou articulador dos dispositivos decorre historicamente dos processos. Processos reiterados tendem a se configurar como modos tendenciais para seu exercício continuado, logo como “estruturais” para o que se faça em sua esfera – ou seja: *tornam-se* padrões, regras, códigos, para-códigos. Para esse conjunto de atividades relativamente estabilizadas, ora mais tentativas, ora mais ancoradas em repetições e automatismos – creio que a denominação de “dispositivo” é adequada: modos de fazer socialmente produzidos e tornados disponíveis.

Além disso, em coerência com a constatação de elementos heterogêneos em articulação, os dispositivos têm sido vistos, em

7 Isso não significa que a organização dependa exclusivamente dos participantes imediatos. É claro que incidências institucionais, político-culturais e outras ocorrem intensamente – mas estas não são monolíticas nem extra-históricas. Sofrem, portanto, a pressão da própria interação.

contraposição à ideia de instituições e regras muito definidos, como “ambientes de experiência” (GReMS, 1998): “Para além da questão da aprendizagem feita em dispositivos, põe-se também a questão da experiência feita dos dispositivos, enquanto constitutiva, em nossa sociedade, das conexões que mantemos entre nós, os outros e o mundo” (tradução nossa).

A apresentação do Colóquio “Dispositifs & Médiation des Savoirs”, do GReMS, assinala que a noção de dispositivo oferece um alargamento do quadro em que “a mediação dos conhecimentos tem sido geralmente apreendida: o livro, a escola, a biblioteca” (estes, mais propriamente *institucionais*). “Ao lado destes campos específicos [podemos] detectar outras formas e outros lugares em que os saberes se constituem: os gêneros televisuais, as exposições, os jornais, as revistas, os cibercafés, as multimídias [...]” GReMS, 1998, p. 2).

A constatação desse alargamento é interessante – mas devemos evitar a idéia simplificadora de que se trataria, aí, simplesmente dos “meios de comunicação”, de suas tecnologias ou de suas formas mais bem sucedidas. Por mais pregnante que seja o elemento tecnológico, não é este que deve ser tomado como dispositivo *interacional* – mas o conjunto heterogêneo de materiais e de processos que não decorrem necessariamente da tecnologia, e que, sobretudo, podem dar direção e sentido a seu uso. Kessler observa, também, esse risco de excessivo foco no elemento técnico, que aparece na expressão em inglês adotada para o “*dispositif*” francês: “*aparatus*” (2006, p. 5) – razão pela qual adota, no título de seu estudo em língua inglesa, a expressão francesa – “Notes on *dispositif*”. O sentido proposto de dispositivo, como “um quadro conceptual ou estratégico que torna possível um determinado fenômeno ocorrer” (2006, p. 2) aproxima-se bastante do que adotamos no início do presente

item – matrizes socialmente elaboradas. Lembrando que a elaboração social se faz na prática das interações.

Por outro lado, o conceito é particularmente propício para estudos da mediatização – exatamente porque permite ultrapassar uma referência exclusiva aos “meios” (tecnologias, empresas midiáticas e/ou a forma de seus produtos) ou apenas às circunstâncias muito concretas e imediatas de sua apropriação (a relação “direta” de recepção) Tratar de “dispositivos” permite incluir as mediações que o usuário traz para a interação; as expectativas sobre o usuário, no momento da criação dos produtos – levando à “construção do leitor”, aos modos de endereçamento, às promessas e contratos; permite incluir os processos em geral que cercam a circulação mediática; e aí também os contextos significativos de produção, de apropriação e da “resposta social” (sob qualquer forma em que esta ocorra).

Podemos então considerar que “dispositivos de interação” são *processos* e modos de ação, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelas atividades específicas da experiência vivida e das práticas sociais. Fica evidente, ao tratarmos de regras e de agenciamentos táticos, que consideramos os dispositivos interacionais como modelos muito diversamente compostos de códigos e inferências. Isso é evidente, aliás, na medida em que tais dispositivos são comunicacionalmente desenvolvidos e culturalmente acionados para o exercício de episódios interacionais – que já defendemos como sendo basicamente compostos por elementos de código, elementos de ordem inferencial e pelas relações complexas desenvolvidas entre estes.

O episódio interacional é o próprio dispositivo em momento de realização, caracterizado pela especificidade de seus elementos,

seus objetivos e pelo sistema de relações comunicacionais constituído; modulado pelas circunstâncias de sua ocorrência singular. Nessa mesma linha, dispositivos referem episódios reiterados que elaboram um mesmo tipo de arranjo, exercido na prática comunicacional da sociedade. Uma mesma expressão pode designar tanto o episódio como o dispositivo. Por exemplo: aquela aula que dei ontem de tarde (episódio) é uma *aula* (dispositivo interacional) porque corresponde ao modelo socialmente reconhecido e acionado para esse tipo de interação. Dentro do modelo “aula”, o episódio se desenvolve com suas especificidades próprias. A observação do sistema de relações desse dispositivo permite compreender os processos-tipo (do modelo acionado); as especificidades do episódio singular observado; e ainda, permite fazer observações comparativas com outros episódios de mesmo modelo; e com outros modelos – outros dispositivos – bastante diversos.

É também nesse sentido básico que podemos entender (com as variações decorrentes dos enfoques específicos) o núcleo conceitual que aproxima diferentes usos do conceito originalmente foucaultiano. Em todo caso, é nesse sentido que adotamos a expressão neste livro – assinalando ainda que estamos voltados para dispositivos que se organizam social e praticamente *como base para comunicação entre participantes* (em qualquer abrangência, número, dimensão ou processualidade). É nesse sentido abrangente que tratamos de “dispositivos interacionais”

É claro que, para o estudo empírico de tais “objetos”, será necessário fazer opções, decidir que aspectos predominantes serão investigados no observável, conforme a problematização específica envolvida em cada pesquisa. Em síntese, selecionar. Ainda assim, o objeto mantém sua abertura, sua flexibilidade de acesso aos aspectos que sejam relevantes para a investigação – sem subsumi-la a dados pré-determinados por uma seleção apriorística (a forma do

produto; a “linguagem”, a empresa, a tecnologia, a mediação,...) que levaria a um esquecimento de elementos heterogêneos e das ponderações diversas que esses elementos podem ter em diferentes episódios.

Não se trata de classificar cada elemento percebido no episódio ou dispositivo como sendo “código” ou “inferência”. Interessa antes observar processos, articulações, tensionamentos. Se percebemos elementos de código particularmente centrais, é claro que os destacaremos; se apreendemos incidências específicas de tais ou tais táticas inferenciais, será relevante observar sua ação. Nenhuma vantagem, entretanto, em fazer classificações – códigos e inferências não são categorias explicativas, são apenas processos que podem ser observados em suas lógicas específicas no caso em investigação.

Qualquer que seja o elemento “forte” selecionado pelas teorias adotadas e/ou pelo pesquisador, é importante considerar que suas incidências sobre o desenho do dispositivo se articulam com os demais elementos da interação. Isso corresponde a recusar uma ordem específica de elementos como necessariamente determinante dos demais – mesmo em casos assemelhados. A cada episódio, deve ser possível (a) perceber o que, aí, apresenta ponderação mais relevante; e (b) levar em conta, ainda assim, a presença e a incidência de outros fatores na composição específica.

Embora uma interação *específica* possa ser percebida como largamente “direcionada” por um dos elementos à escolha (a linguagem, os signos, as lógicas de empresa midiática, as características da tecnologia, o processo político-econômico, o peso da instituição, etc.); restam sempre composições diversas em outras interações de mesma linha. Mais ainda: é na sedimentação do que vai sendo tentado, testado e selecionado nas interações sucessivas de um dispositivo que ele mesmo se transforma, assim como a seus

componentes – produtos, linguagens, lógicas, tecnologias e invenções de uso.

*

As proposições apresentadas neste capítulo devem ser percebidas prioritariamente pelo que solicitam do olhar pesquisador, bem mais que na simples assertividade do que dizem. Não são explicações apriorísticas sobre a realidade, mas sim ângulos para sua investigação em contexto. Os aspectos afirmativos são, então, proposições heurísticas – apenas assumidas como válidas para o efeito de busca de conhecimento.

Ao observar a realidade pela perspectiva de tais hipóteses de trabalho, deve-se buscar nas ocorrências empíricas (a que chamamos de “episódios” e “dispositivos”), os modos específicos daquilo que se afirma. Por exemplo: na afirmação de que “a comunicação é tentativa”, o que importa é observar que tentativas o processo interacional parece elaborar. Na percepção de que “a comunicação é transformadora”, é buscar o que é especificamente transformado, como, com que limitações. Uma questão válida para todas as afirmações seria: como isso ocorre? Caso efetivamente ocorra.

É apenas na obtenção de respostas interessantes para tais questões que a proposição heurística pode buscar sua sustentação.

No próximo capítulo apresentamos reflexões sobre um âmbito ampliado em que os episódios e dispositivos podem se desdobrar: o dos circuitos em que eventualmente se inscrevem, no processo de circulação comunicacional. Os dois conjuntos de proposições serão, depois, em um terceiro capítulo, observados por suas possibilidades heurísticas em apoio ao trabalho de pesquisa empírica.